

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE DE PARANAIBA
CURSO CIÊNCIAS SOCIAIS**

PAOLA SOUZA DUARTE

GÊNERO E ENSINO SUPERIOR: Um estudo sobre a representação do ensino superior para
alunas da UEMS/Paranaíba-MS

PARANAIBA/MS

2017

PAOLA SOUZA DUARTE

GÊNERO E ENSINO SUPERIOR: Um estudo sobre a representação do ensino superior para
alunas da UEMS/Paranaíba-MS

Trabalho de conclusão de curso apresentado á Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba – MS, como exigência parcial para obtenção do grau de licenciatura do curso de Ciências Sociais.

Orientador: Prof^a. Doutora Lucélia Tavares Guimaraes.

PARANAÍBA/MS

2017

D874g Duarte, Paola Souza

Gênero e ensino superior: um estudo sobre a representação do ensino superior para alunas da UEMS/Paranaíba-MS/ Paola Souza Duarte. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2017.

58f.; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra Lucélia Tavares Guimarães.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Educação formal. 2. Ensino superior. I. Duarte, Paola Souza. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Curso de Ciências Sociais. III. Título.

CDD – 378.8171

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

PAOLA SOUZA DUARTE

GÊNERO E ENSINO SUPERIOR: Um estudo sobre a representação do ensino superior
para alunas da UEMS/Paranaíba-MS

Este exemplar corresponde à redação final do trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para a obtenção do grau de licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Lucélia Tavares Guimarães (Orientadora)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Me. Junior Tomaz de Souza
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Me. Simone Silveira dos Santos
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que caminharam comigo para que esse trabalho se tornasse realidade.

Agradeço a minha família, que sempre me apoiou para que eu nunca desistisse, me dando força para ir até o fim.

Agradeço à universidade, à administração e a todos os professores que passaram pelo curso por darem o incentivo de um futuro superior através da persistência.

Agradeço a minha orientadora, prof. Dr^a. Lucélia Tavares Guimarães, por me guiar em todo o percurso do trabalho, me dando todo o suporte e dedicação necessária.

Agradeço aos amigos que construí dentro da universidade, em especial dentro da sala de aula, pelo companheirismo de uns com os outros.

Gostaria de agradecer também a todas as mulheres entrevistadas nesta pesquisa, para que pudesse se tornar realidade foi de suma importância o apoio de todas elas.

Agradeço a todos.

RESUMO

O tema central desta pesquisa se consiste em uma análise da relação entre gênero e ensino superior. Tem como objetivo de estudar a representação do ensino superior para as alunas da Uems/Paranaíba, que retornaram à universidade após a descontinuidade dos estudos na idade certa. Tendo como justificativa a dominação exercida pelo o homem dentro de casa para que a mulher se submeta a somente ficar no cuidado da família, deixando até mesmo de estudar e ter independência. O intuito era saber porque essas mulheres entrevistadas retornaram à universidade e o que elas almejam para o futuro depois de se formarem. Como metodologia, foi usada a abordagem qualitativa de pesquisa, em que foi realizado um estudo de caso com mulheres acima de 25 anos, tendo como fonte de evidência questionários e pesquisa bibliográfica sobre o tema, tendo como a principal referencial Heleieth Saffioti. Neste sentido, mostramos que a educação emancipa a mulher à medida que elas perceberem que afeta a sua condição social e o conhecimento.

Palavras-chave: Educação formal. Ensino superior. Mulher. Gênero

ABSTRACT

The central theme of this research is based on an analysis of the relationship between gender and higher education. It has as a goal to study the representation of the higher education to the female students of the State University of Mato Grosso do Sul - UEMS / Paranaíba, who came back to the university after a discontinuation of the studies in the right time. The research has as a justification, the domination exercised by the man at home, which causes the woman to submit to only take care of the family, even when it means leaving studies and independence behind. The purpose was to know why these interviewed women returned to the university and what they seek to their future after they graduate. As a methodology of the research, it was used a qualitative approach, in which a case study was carried out with women over 25 years old. It also has as a source of evidence, questionnaires, and bibliographic research about the theme, in which Heleieth Saffioti stands out as the main reference. In this sense, we showed that the education emancipates women as they perceive that it affects their social condition and knowledge.

Keywords: Formal Education. Higher Education. Woman. Gender.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	9
1 GÊNERO E ENSINO SUPERIOR.....	11
1.2 Educação de mulheres: políticas educacionais	14
1.3 Gênero para o referencial teórico	17
2 DESCRIÇÃO DA PESQUISA	20
2.1 Pesquisa qualitativa.....	21
2.2 Pesquisa de campo.....	22
3. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	25
3.1 Questionários aplicados	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICES	53
Apêndice 1) Questionário.....	53
Apêndice 2) Questionário socioeconômico	55
Apêndice 3) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	59

INTRODUÇÃO

O intuito principal desta pesquisa foi estudar sobre a escolarização do nível superior de alunas “domesticadas” que após o matrimônio, educação dos filhos e trabalhos domésticos decidiram retornar ou acessar o ensino superior. Mulheres essas que nos dias de hoje ainda sofrem com a repressão vivida na sua juventude de terem como única obrigação o cuidado da casa, do marido e dos filhos, sem terem possibilidade de saírem de casa para estudar, pois isto era tarefa dos homens, e, portanto, aquelas que saíssem poderia ter grandes punições. Com as transformações ocorridas na sociedade e na economia dentre outras variáveis, as mulheres, também como resultado de luta, arriscaram tudo e foram lutar por liberdade e escolarização no início do século XX, mesmo ainda não tendo grande mudança por ser uma escolarização que visava a educação do lar. No entanto, essa dificuldade de igualdade entre homens e mulheres e de oportunidades ainda está longe de acontecer, mas já podemos ver uma evolução de mulheres que se dividem entre cuidado da casa e o trabalho desempenhado fora dela, pois não conseguem ficar somente em casa sem adquirir conhecimentos e sem se desenvolverem, mesmo tendo que enfrentar violências e repressões dos maridos.

A centralidade então foi analisar sobre a representação do ensino superior para as alunas da Uems/Paranaíba-MS, no sentido de compreender se a escolarização influenciou ou influencia no que essas mulheres são hoje, e também se elas tem alguma perspectiva para o futuro profissional e porque depois de tanto tempo voltaram a estudar. O propósito é o recorte com algumas mulheres com idade a partir de 25 anos que retornaram ao ensino superior, moradoras do município de Paranaíba-Mato Grosso do Sul. Gostaria de saber com este tema se a educação emancipa a mulher, e em que medida isso ocorre? Com isso, ter uma ideia da importância e as representações da educação para as mulheres que desempenharam seus papéis no meio familiar e que agora querem dar um passo no seu estudo e desenvolvimento profissional.

No primeiro capítulo discutimos sobre a questão de gênero dentro do ensino superior e como as mulheres conseguiram ocupar esses espaços, mostrando também as políticas públicas que foram desenvolvidas ao longo do tempo para que essa inclusão das mulheres pudesse acontecer depois de muitas lutas feministas.

O segundo capítulo falamos um pouco sobre o desenvolvimento do trabalho e quais os métodos de pesquisa foram usados pra o seu desenvolvimento todo.

E, por ultimo, o terceiro capítulo, que é uma coleta de dados dos questionários aplicados com o publico alvo escolhido na pesquisa, discute os dados coletados.

Concluimos que a questão do ingresso dessas mulheres no Ensino Superior esta com um grande aumento, mesmo ainda estando com o aumento de alunas nos cursos voltados para a aérea da saúde e educação, o que desde os primórdios era para garantir conhecimento para o bom cuidado da família. Contudo, essas mulheres tem noção com base nos questionários aplicados que a educação tem papel fundamental na mudança do pensamento delas, têm consciência de que a educação é importante e pode mudar sua condição social.

1 GÊNERO E ENSINO SUPERIOR

Ao se pensar em gênero e ensino superior, é importante abrir um parêntese para entender primeiramente o que se quer dizer exatamente quando se fala em gênero, ou seja, em que concepção será utilizado.

Para Auad (2015), no contexto que aqui será abordado, a concepção adotada refere-se a gênero como categoria analítica, isto é, como uma forma de se atribuir um “[...] significado às relações percebidas entre os sexos, estes como construções produzidas socialmente a partir das relações de gênero construídas historicamente, de modo hierarquizado, polarizado e desigual” (AUAD, 2015, p.5). Para a autora, o sexo, nesse sentido deve ser percebido como um dado, visto na forma como as relações de gênero são construídas e como se constroem as relações, os corpos, as experiências e as identidades. O que evidencia um discurso que possui uma forte carga de poder, demonstrando, assim, que as relações de gênero também são marcadas como relações de poder.

Na década de 1990, a expansão do sistema educacional brasileiro, que se deu em todos os níveis, evidenciou o enorme crescimento das taxas gerais de escolaridade feminina, sendo que, no final da década, os números mostravam que as mulheres haviam ultrapassado os homens em conclusões do ensino fundamental, médio e superior. Essa vantagem persistiu, observando-se, inclusive, um índice maior de mulheres no ensino superior e na pós-graduação (CARVALHO, 2017).

Para Ribeiro (2016), o acesso à universidade tem mostrado tendências muito semelhantes entre homens e mulheres, e quando se faz uma comparação dessas tendências, fica claro que, conforme dados observados, houve uma diminuição da desigualdade de gênero a partir de 1981. O autor entende que esta conclusão é importante por indicar que parte da diminuição do acesso aos homens à determinadas ocupações e posições profissionais se relaciona ao acesso que as mulheres tem tido a essas mesmas ocupações. Sendo que seu entendimento vai ainda mais além, sugerindo que a desvalorização dos diplomas universitários pode estar relacionada à crescente participação feminina na força de trabalho com qualificação universitária.

Pois o aparente sucesso educacional das mulheres não pode negar ou minimizar os efeitos do sexismo e do androcentrismo do sistema educacional. Pois um exame mais aprofundado demonstra que “[...] os conceitos de gênero e de equidade de gênero não são bem divulgados ou compreendidos nem na universidade nem na escola, onde predominam a

confusão entre sexo e gênero, e a noção essencialista e singular do gênero” (CARVALHO, 2017, p. 7).

A realidade da situação tem mostrado que o desempenho educacional das mulheres tem mesmo ultrapassado o dos homens, mas, no mercado de trabalho, os homens continuam a ocupar posições hierarquicamente superiores, além de receberem salários mais elevados e terem uma participação maior em termos percentuais. Portanto, mesmo que o mercado de trabalho das mulheres esteja crescendo, os homens ainda continuam tendo vários tipos de vantagens. Desta forma, o acesso das mulheres ao ensino superior guarda determinadas especificidades que devem ser observadas (RIBEIRO, 2016).

São vários aspectos onde se percebe que a questão de gênero estão presentes, onde pode se apresentar de forma distorcida ou errônea, reforçando posturas discriminatórias, mesmo que de forma velada. Contudo, há ainda outros aspectos a se considerar. Como o exposto por Rosemberg (2001), que, ao observar que o sistema educacional brasileiro tem apresentado igualdade de oportunidades em relação ao acesso e permanência no sistema para ambos os sexos, percebe que a grande desigualdade existente associada a origem racial e econômica leva ao seguinte questionamento quando se pensa na verdadeira democratização da educação sob a ótica das relações de gênero: “como as hierarquias de gênero interagem com as de raça e classe para produzirem um sistema educacional tão excludente quanto o brasileiro?” (ROSEMBERG, 2001, p. 518).

São exclusões que se entrelaçam, pois, certamente, ser mulher e negra, ser mulher e pobre, ou pior, ser mulher, negra e pobre, faz diferença dentro do sistema educacional, sofrendo com a exclusão ou com as muitas exclusões. As mulheres, na verdade, dentro da educação, tem uma história marcada pela exclusão e inclusão, avanço e segregação.

Primeiro, exclusão do acesso ao conhecimento formal e à escola. Depois, com a extensão do direito à educação e escolarização compulsória, inclusão em escolas ou classes separadas, em ramos do ensino ou áreas curriculares distintas, e exclusão do acesso a certas áreas do conhecimento, que se mantiveram como redutos masculinos, portanto, inclusão combinada com segregação. Finalmente, com a luta feminista pela igualdade dos sexos, não há barreiras formais ao acesso das mulheres a quaisquer cursos superiores. (CARVALHO, 2017, p.1)

Rosemberg (2001), numa visão panorâmica sobre a situação educacional de homens e mulheres no Brasil, crê que ele evidencia uma confluência de descompassos que envolve fatores como “[...] produção de conhecimentos acadêmicos, agenda dos movimentos feministas, especialmente internacional (incorporada nas Conferências), organizações multilaterais, governo e políticas públicas”(ROSEMBERG, 2001, p. 518). Ou seja, são muitos

aspectos a serem considerados e que, muitas vezes são conflituosos, defendendo posturas e verdades diversas. A autora ainda questiona se esse panorama tem se constituído num ambiente propício para o surgimento de teorias feministas universalistas, como se a dominação de gênero tem assumido contornos equivalentes em todas as instituições, nas diferentes fases da vida. São questões que devem ser aprofundadas para que possam ser conhecidas e reconhecidas em toda sua amplitude.

Um ponto levantado por Bourdieu (1999) é com relação à distribuição por área e curso que apesar de mudanças inegáveis, continua a reproduzir o fenômeno da sexualização/generificação das ocupações e carreiras, que atesta a manutenção de certas estruturas objetivas e subjetivas que marcam a dominação masculina.

Carvalho (2017) dá o exemplo de cursos tradicionalmente femininos como Pedagogia, Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Letras e demais Licenciaturas, apesar de se observar um aumento da presença masculina nesses cursos desde 2005, exceto em Psicologia. Por outro lado, chama a atenção para cursos como Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Agronomia, Física, Matemática e Filosofia, cuja predominância masculina não tem se alterado muito, continuando como campos de conhecimento e cultura onde os homens mantem domínio. Um curso competitivo como o da Computação também tem sido um reduto predominantemente masculino. Já carreiras tradicionais como Medicina e Direito tem apontado um movimento de equilíbrio. Chama a atenção que as mulheres tem sido mais numerosas em dois cursos da área tecnológica: Arquitetura e Engenharia de Alimentos, talvez por estarem associados com lugares e atividades como a casa e decoração, cozinha e preparo de alimentos. Na Licenciatura em Educação Artística há mais mulheres, enquanto que na Música mais homens, talvez devido a imagem do concertista, do compositor e do maestro (CARVALHO, 2017).

Entre as que ingressam no ensino superior, segundo dados levantados por Santos (2017, p. 54), o número de mulheres que tem concluído o curso são maiores.

Do percentual de pessoas que concluíram o curso superior de graduação em 2010, o número de mulheres que concluíram um curso superior é 11,0%, um resultado maior que o número de homens, que é de 10,5%. Tais dados mostram que a participação das mulheres no meio universitário tem aumentado e superado o percentual de participação dos homens.

Entretanto, de acordo com Carvalho (2017), mesmo quando se observa as profissionais de boa qualificação, se constata que os salários das mulheres são sempre inferiores aos dos homens, seja qual área for.

De acordo com Borges (2011), as mudanças envolvendo todos os setores das universidades ainda levarão tempo para sua plena abrangência, pois as mulheres se inserem no processo escolar em arenas segmentadas, com maior tendência para as profissões do cuidado, pois o mundo privado tem sido mais direcionado as mulheres e o público aos homens. Para a autora, a quantidade não muda a qualidade, ou seja, mesmo sendo mais de 50% da população, as relações, marcadas pelo patriarcalismo e pelo machismo ainda subsiste.

Mas, senão há barreiras formais ao acesso ao ensino superior, para impedir a reprodução da sexualização e generificação das profissões no contexto educacional das mulheres, Bourdieu (1999) sugere que haja uma (re)construção social dos princípios de visão e divisão geradores dos gêneros, por meio da transformação dos mecanismos e das instituições a quem cabe garantir a perpetuação da ordem dos gêneros. Trata-se de um contexto em que a cultura acadêmica tradicional defendida pela escola passa a ser um fator preponderante para que a mudança ocorra, pois o maior acesso das mulheres à instrução se relaciona diretamente com sua independência econômica e com uma transformação das estruturas familiares. Contudo, Bourdieu (1999, p. 109-110) entende que o sistema escolar acaba por reforçar a manutenção “[...] dentro da mudança e pela mudança” da ordem de gênero na economia produtiva e reprodutiva, onde o princípio de divisão e de dominação permanece, cabendo “aos homens o mais nobre, o mais sintético, o mais teórico e às mulheres o mais analítico, o mais prático, o menos prestigioso”, além de definir como masculina os padrões legítimos e a excelência das práticas.

O próprio ambiente acadêmico é discriminatório, pois, como aponta um estudo feito por Borges (2011) trata-se de um mundo político e, assim, um lugar de disputa de poder que reflete o contexto social onde se insere, caracterizado por uma sociedade patriarcal, machista, racista e heterossexista, onde, dificilmente se encontra mulheres, negros e homossexuais em colocações de grande importância.

1.2 EDUCAÇÃO DE MULHERES: políticas educacionais

Para Oliveira (2010, p. 4), “se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação”. Entretanto, educação se trata de uma questão bem mais ampla, o que quer dizer que as políticas educacionais visa setores mais específicos dentro da educação. Ou

seja, pode-se dizer que “políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.” (OLIVEIRA, 2010, p. 4)

De acordo com Rosemberg (2001), ao se fazer uma análise das políticas educacionais brasileiras contemporâneas, sob uma perspectiva de gênero, é preciso levar em conta as reformas educacionais que tem sido implantadas a partir da década de 1990. São reformas que se enquadram no modelo de políticas sociais neoliberais atuais, e que procura superar um grande desafio, o de obter ganhos de qualidade ao mesmo tempo em que procura diminuir o uso dos recursos públicos.

A adoção destas Políticas tem como objetivo uma diminuição de todo tipo de exclusão, seja social, racial ou gênero, envolvendo questões que têm buscado levar a sociedade a “[...] caminhar para um mundo mais democrático e igualitário, diminuindo o índice de violência, de repressão, discriminação e de preconceito sofrido principalmente pelas mulheres no meio universitário” (SANTOS, 2017, p. 48). São grandes desafios, que necessitam de muito empenho de toda a sociedade para serem concretizados em toda sua amplitude.

Nesse contexto, Santos (2017) ressalta que a educação deve incluir a todos, tendo em vista a formação profissional para se atuar nos diversos segmentos do mercado de trabalho, além de contribuir para o exercício de uma cidadania plena. Sobre o que a mulher deve ter todo acesso, para que possa, assim, por meio da educação garantir que seus direitos sejam devidamente respeitados.

Segundo informa Rosemberg (2001), a UNICEF tem assumido a dianteira no cenário internacional em relação ao enfrentamento à discriminação contra as mulheres, citando como uma de suas ações a adoção, em 1989, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da convenção dos Direitos da Criança, quando o Conselho Executivo do UNICEF elegeu a “menina” (girl child) como foco de suas prioridades para a década de 90. O que se constituiu um ponto de partida para um posicionamento em defesa da mulher.

O que é confirmado por Rosemberg (2001, p. 518) quando afirma que o sistema educacional, como instância de formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, pode produzir e reproduzir “desigualdades de gênero, classe, raça e idade”. E também por Santos (2017), que cita a discriminação existente na sociedade como presente desde muitos anos atrás, persistindo nos dias atuais, mesmo com o auxílio das políticas públicas adotadas que visam a igualdade.

No entendimento de Borges (2011), a emancipação feminina tem dado passos importantes, mas ainda não tem sido capaz de modificar as relações de poder nas universidades brasileiras, pois, mesmo que as mulheres superem os homens em número de

estudantes e até de doutores, persiste a desigualdade em relação aos cargos de chefia e, mesmo à frente das salas de aulas, elas ainda apresentam desvantagem em relação aos homens.

Conforme Rosemberg (2001), para quem, apesar de toda luta, há uma persistência da sexualização/generificação das carreiras, que abrange também uma divisão de gênero em relação ao conhecimento e ao trabalho, segregando, muitas vezes, as mulheres a ocupações pouco valorizadas, precárias e mal remuneradas, confrontando-se com o ingresso de parte delas em carreiras “masculinas”.

Mas, não se pode negar que a adoção das Políticas Públicas Educacionais por parte do Estado tem entre suas finalidades a diminuição da exclusão social, racial e de gênero, permitindo um entendimento sobre questões que têm contribuído para que a sociedade caminhe para “um mundo mais democrático e igualitário, diminuindo o índice de violência, de repressão, discriminação e de preconceito sofrido principalmente pelas mulheres no meio universitário” (SANTOS, 2017, p. 48).

Diante de tantas dificuldades, o acesso das mulheres no ensino superior se deu devido as incansáveis lutas e manifestações, onde, não se pode negar, as Políticas Públicas Educacionais tiveram um papel significativo, com efeitos positivos e progressivos em relação à questão, possibilitando um aumento crescente de mulheres com curso superior completo ao longo das décadas. Um resultado consequente dessas políticas, que tem procurado garantir os direitos da mulher e a inclusão do gênero em meio à sociedade (SANTOS, 2017, p. 57).

Uma escola que abarque a educação moderna em suas três dimensões: autodesenvolvimento, formação para o trabalho e para a cidadania. Até porque, para cumprir com seu ideal democrático, a escola deve buscar superar as desigualdades sociais, fazendo frente a sua experiência histórica, que demonstra o exercício de uma função seletiva, que vem reproduzindo desigualdades de classe, raça/etnia e sexo/gênero, além de que, no campo do trabalho, manter uma hierarquização em níveis, dos quais poucas pessoas têm acesso aos mais elevados (CARVALHO, 2017).

Mas, há uma mudança a vista. As políticas Públicas Educacionais e o acesso ao ensino superior tem permitido que a situação, aos poucos se modifique.

[...] através da sua inserção na universidade, a mulher conquistou o seu espaço em meio à sociedade, em atividades de caráter público e hoje possui uma autonomia que a permite escolher uma profissão e construir uma carreira profissional e que também a permite ter decisões sobre o seu modo de vida. A sua participação no ensino superior contribuiu para o aumento de seu desempenho em campos sociais, políticos

e econômicos, onde a sua presença há algum tempo era restrita. (SANTOS, 2017, p. 58)

Assim, espera-se que a situação relatada por Carvalho (2017, p. 4; 5), quando afirma que “a divisão sexual e de gênero [...] são continuamente ensinados e aprendidos no contexto das várias instituições e práticas sociais, informalmente e inconscientemente, desde a vivência familiar e, sobretudo, na escola, que prepara para o trabalho”, sejam definitivamente transformada, dando lugar a um novo pensamento e uma nova postura em relação ao lugar de direito das mulheres.

1.3 Gênero para o referencial teórico

Apesar de toda luta e de muitas conquistas pelos seus direitos, a violência contra a mulher não deixou de ser um grave problema social no Brasil e no mundo, envolvendo fatores variados e complexos. O que desperta a atenção de vários pesquisadores que tem estudado sobre o tema e o que o envolve, como a questão de gênero. Dentre esses, dois autores de grande renome são Saffioti e Bourdieu, que muitas contribuições deram sobre o tema.

Para Bourdieu, em “A Dominação Masculina”, (1999) explica sobre a (re)produção dos gêneros e da manutenção das relações caracterizadas pela dominação de gênero, partindo do conceito de habitus - sistema socialmente constituído de disposições cognitivas e somáticas, modo de ser, estado habitual. A subjetividade de gênero, corporificada em posturas masculinas ou femininas, é, para o autor, realimentada e reforçada constantemente pela objetividade da realidade social, numa organização social que está baseada em divisões de gênero.

Saffioti (2004) explica o conceito de gênero em contraposição ao conceito de patriarcado. A partir de suas reflexões, mostra que o conceito de gênero é muito mais vasto que o de patriarcado, pois o gênero tem acompanhado a humanidade desde sua existência, enquanto que o patriarcado se trata de um fenômeno mais recente, articulado à industrialização do capitalismo. Além do que, o patriarcado, em seu entendimento, se vincula à desigualdade e à opressão, sendo uma das possibilidades dentro das relações de gênero, mas não a única.

Para a autora, algum interesse envolve a desconstrução do sentido do patriarcado a favor do uso do gênero, pois, se as mulheres tem estado hierarquicamente inferiores aos homens, “tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder

do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Uma dominação, que, na visão de Bourdieu (1999), se constitui em uma "dominação simbólica" exercida sobre todo o tecido social, corpos e mentes, discursos e práticas sociais e institucionais, anulando, historicamente, diferenças e naturalizando as desigualdades entre homens e mulheres. Para o autor, a dominação masculina tem estruturado a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social, sendo que as diferenças de sexo e gênero fazem parte de um conjunto de oposições, uma espécie de sistema de relações homólogas e interconectadas, entre os quais se encontra o masculino/feminino.

Longe de ser um conceito neutro, o gênero também “carrega uma dose apreciável de ideologia” (SAFFIOTI, 2004, p. 136), ideologia esta patriarcal, que, segundo a autora, cobre uma estrutura de poder desigual entre mulher e homens. Assim, a autora entende que a ambiguidade que há no conceito de gênero, precisaria ser vista como uma ferramenta que acaba maquiando exatamente aquilo que interessa ao feminismo: o patriarcado como um fato inegável, pois considera que se desqualificou completamente a noção de uma “ordem patriarcal de gênero”.

Nesse contexto, no caso da violência contra a mulher ou violência de gênero, mesmo que a dominação masculina represente um privilégio que a sociedade patriarcal tem concedido aos homens, ela não é utilizada da mesma maneira por todos os homens, nem todas as mulheres se submetem da mesma forma a essa dominação. Se o poder se articula de acordo com o "campo de forças", e se homens e mulheres detêm determinadas parcelas de poder, mesmo que de forma desigual, cada um tem suas próprias estratégias de poder, dominação e submissão (SAFFIOTI, 2001).

Entretanto, violência de gênero é o conceito mais amplo, que abrange vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos.

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Nesse caso, para a autora, à ideologia de gênero não é suficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, que parte para o uso da violência. Por outro lado, nada impede que uma mulher pratique também a violência física contra seu marido/companheiro/namorado, embora as mulheres, não tenham um projeto de dominação-

exploração dos homens. Pois, a ordem da sociedade humana é extremamente complexa, por resultar de três hierarquias/contradições – de gênero, de etnia e de classe, onde se destaca o fato de o patriarca usar todo seu poder para contar com a implementação e a defesa da ordem de gênero garantidora de seus privilégios. “Usa-se o conceito de dominação-exploração ou exploração-dominação, porque se concebe o processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração” (SAFFIOTI, 2001, p. 117).

Bourdieu (1999, p. 138), quando trata desse tipo de violência, percebe que “[...] a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível”, sendo que ela é exercida não só através da violência física. Ele toma a dominação masculina como caso particular da violência simbólica.

Violência simbólica que, para Saffioti (2001), está impregnada no corpo e na alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos que se submetem a esta hierarquia.

Voltando o olhar para o papel da mulher nesse contexto, Saffioti (2001) condena a posição vitimista, quando não há espaço para se ressignificarem as relações de poder, o que se constituiria um conceito rígido de gênero. A autora ainda vê a postura vitimista como essencialista social, uma vez que o gênero é o destino. O que iria contra a concepção flexível exposta por ela, onde não há lugar para qualquer essencialismo, seja biológico ou social, pois considera que a categoria histórica gênero não é uma camisa de força, com um destino inexorável. E, mesmo que o gênero traga em si um destino, a autora entende que cada ser humano – homem ou mulher – tem certa liberdade para escolher sua trajetória e, apesar de seu caráter determinante, deixa espaço para o imponderável, um grau variável de liberdade de opção.

Contudo, não se pode afirmar que a mulher seja responsável pela ordem patriarcal de gênero e por seus resultados, como a violência, pois é preciso considerar que “[...] ao longo da história da humanidade, as mulheres têm oferecido muita resistência ao domínio masculino” (SAFFIOTI, 2001, p. 125).

2 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

O conhecimento científico surgiu no século XVII a partir da chegada da modernidade no ocidente. Que, segundo Carvalho (2000), se deu com a separação entre filosofia e ciência apesar de que a relação entre elas nunca deixou de existir, como campos que se interpenetram, mantendo um vínculo: “questionar a realidade de forma a estar sempre discutindo as possibilidades da felicidade humana” (CARVALHO, 2000, p. 2).

Para Oliveira (2011), quando o homem passou a questionar e a buscar explicações por meio da razão, deixando de lado emoções e crenças religiosas, obteve respostas mais realistas, e assim, mais bem aceitas pela sociedade.

O que acontece também porque a ciência não é imediatista, ou seja, não se contenta com informações superficiais, pelo contrário, pretende ser crítica, sempre julgando a correção de suas próprias produções, alerta Carvalho (2000).

Oliveira (2011, p. 6) explicando sobre o que é ciência, diz que, “etimologicamente, a palavra vem do latim (scientia) e significa conhecimento, sabedoria”. Especificando que se baseia num “corpo de princípios, de teorias organizadas metódica e sistematicamente, construindo uma área do saber humano, relativa a um fenômeno ou objeto de estudo” (OLIVEIRA, 2011, p. 6).

Prodanov e Freitas (2013) entendem que os recursos utilizados nesse estudo são determinados pela natureza de cada ciência, seguindo, no entanto, uma apresentação padronizada, com critérios de organização nas principais etapas, seja de um projeto de pesquisa, de uma pesquisa científica, de artigos científicos, ensaios e resenhas críticas, bem como relatório técnico-científico.

Em qualquer uma das formas, o conhecimento científico, segundo Carvalho (2000, p. 3), se caracteriza pela procura das possíveis causas de um acontecimento, ou seja, “busca compreender ou explicar a realidade apresentando os fatores que determinam a existência de um evento”. Como expõe Oliveira (2011), este conhecimento científico será alcançado pela utilização do método científico, sendo que a pesquisa é a forma de garantir que o método seja o mais adequado. Isto é, “ao relatar seus resultados, o cientista deve também contar como chegou a eles, qual caminho seguiu para alcançá-los”. Trata-se, pois, da apresentação do que se chama de método científico (CARVALHO, 2000, p. 3).

Nesse contexto, a metodologia pode ser compreendida como uma disciplina que estuda, busca compreender e avalia os métodos existentes para a realização de uma pesquisa acadêmica. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a metodologia tem a função de

examinar, descrever e avaliar diferentes métodos e técnicas de pesquisa utilizadas para a coleta e o processamento de informações, com a finalidade de encaminhar e resolver problemas e/ou questões de investigação. Já para Oliveira (2011, p. 7), metodologia consiste no “estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas”. Que devem ser empregados na construção do conhecimento, cujo propósito será o de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Mostrando que o método científico é fundamental para que uma pesquisa seja válida e tenha seus resultados aceitos. Entretanto, para que seja reconhecido como científico, necessita atender alguns aspectos, como: “ser lógico, sistemático, coerente, sobretudo, bem-argumentado. Isso o distancia de outros conhecimentos, como senso comum, sabedoria, ideologia (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 17).

Portanto, o método científico tem suas características próprias, seguindo uma formalidade, não sendo confundido com outros tipos de conhecimentos.

2.1 Pesquisa qualitativa

Optamos por usar como método a pesquisa qualitativa por se encaixar com o intuito do trabalho, de analisar o sujeito no seu âmbito social.

Os dados coletados neste tipo de pesquisa são predominantemente descritivos, obtendo-se um material rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, fotografias, desenhos, documentos, etc, considerando-se todos os dados da realidade (OLIVEIRA, 2011).

Sua base são a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, o que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, pois o ambiente natural é sua fonte direta na coleta de dados, sendo que o pesquisador é o instrumento-chave. Trata-se de uma pesquisa descritiva, em que os pesquisadores geralmente analisam os dados indutivamente. Nesse contexto, o processo e seu significado são os focos principais de abordagem (PRODANOV; FREITAS, 2013). Ou seja, a preocupação com o processo é muito maior que com o produto, já que o “interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas” (OLIVEIRA, 2011, p. 25).

2.2 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo “[...] consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60).

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. 59 Exige também a determinação das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema e, ainda, a definição das técnicas que serão empregadas para o registro e a análise (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60).

No mesmo sentido, Oliveira (2011) informa que durante a coleta de dados, podem ser empregadas diferentes técnicas, sendo que as mais utilizados são: a entrevista, o questionário, a observação e a pesquisa documental.

Quanto ao questionário, utilizado na pesquisa, Marconi e Lakatos (1996, p. 88) definem como “uma série ordenada de perguntas, que será respondidas por escrito, sem que haja necessidade da presença do pesquisador”.

O questionário apresenta algumas vantagens, como o alcance de um número maior de pessoas, ser mais econômico, poder padronizar as questões, possibilitando uma interpretação mais uniforme das respostas, e facilitando sua compilação e comparação, além de assegurar o anonimato ao pesquisado (OLIVEIRA, 2011).

2.3 Pesquisa bibliográfica

Com relação à pesquisa bibliográfica, Gil (2016) diz que é aquela elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos de periódicos e atualmente, com material disponibilizado na internet, que serão fundamentais para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à temática:

[...] constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Em relação aos dados coletados na internet, é preciso estar atento à seu grau de confiabilidade, bem como a veracidade das fontes consultadas, pois a pesquisa bibliográfica exige esse rigor.

Para Gil (2016), a grande vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de que ela permite ao pesquisador o estudo de uma gama de fenômenos muito mais amplos do que seria possível se a mesma se efetuasse diretamente.

Outro ponto importante é que grande parte dos estudos exploratórios se constitui em pesquisas bibliográficas. Até porque, como lembra Lakatos e Marconi (2004), praticamente todo trabalho científico e toda pesquisa deve se embasar na pesquisa bibliográfica, para que não perca tempo com um problema que já foi solucionado e possa chegar a conclusões inovadoras.

Marconi e Lakatos (2004) ainda destacam a importância da leitura para uma boa pesquisa bibliográfica, pois se constitui em fator decisivo de estudo, propiciando a ampliação de conhecimentos, a obtenção de informações básicas ou específicas, a abertura de novos horizontes para a mente, a sistematização do pensamento, o enriquecimento de vocabulário e o melhor entendimento do conteúdo das obras.

2.4 Pesquisa exploratória

Esse tipo de pesquisa, por muito tempo não foi vista como um procedimento com o rigor científico necessário, sendo utilizado apenas em estudos de natureza exploratória. Contudo, atualmente esta visão se modificou, e passou a ser aceito como adequado para a investigação. Tem sido crescente sua utilização com diferentes propósitos. Entre eles, Gil cita os seguintes:

- a. explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b. preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c. descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d. formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e. explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2009).

Prodanov e Freitas (2013, p. 61), concordam e afirmam que o estudo de caso “consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa”. É uma categoria de investigação que estuda de forma aprofundada um sujeito, um grupo de pessoas, uma comunidade etc. Para sua realização e confiabilidade são necessários

alguns requisitos básicos, como severidade, objetivação, originalidade e coerência (PRODANOV; FREITAS, 2013)

3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados se deu por meio de um questionário, realizado com alunas dos cursos de Direito, Pedagogia e Ciências Sociais da UEMS, que resolveram cursar uma faculdade depois de já terem formado família, não estando mais na juventude da vida, quando a maioria das pessoas, dão prosseguimento ao Ensino Médio.

Foi mantido o anonimato, dando mais liberdade para as alunas pesquisadas responderem, e, ao mesmo tempo, também dar liberdade para se efetuar perguntas que pudessem revelar o que se pretendia saber na pesquisa.

Assim, decidiu-se por questões de múltipla escolha e abertas, para um maior aprofundamento do tema abordado. O número de alunas que respondeu os questionários foram nove (9), estudante do ensino superior na UEMS – Universidade Estadual de mato grosso do Sul, polo de Paranaíba/MS. Foram escolhidas alunas que possuíam características que atendiam ao tema abordado pela pesquisa, ou seja, mulheres de 25 anos ou mais, que retornaram ao ensino superior e são moradoras de Paranaíba.

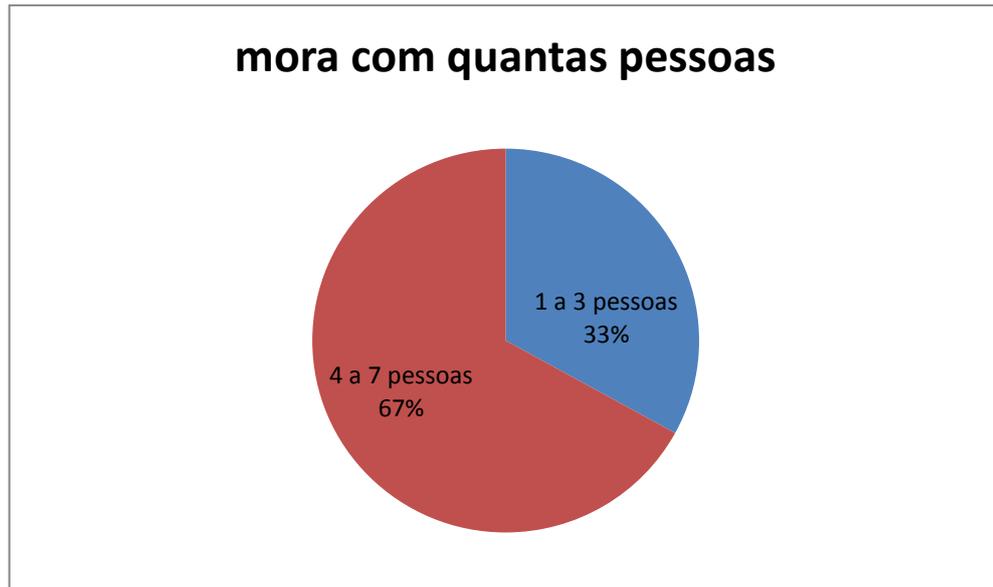
Neste capítulo serão apresentadas as respostas com suas porcentagens, bem como uma análise das perguntas dirigidas as alunas pesquisadas. Optou-se pela elaboração de dois questionários (em anexo), um de múltipla escolha, com diferentes opções para a escolha das alunas, e outro de perguntas abertas, dando oportunidade para que pudessem colocar suas opiniões.

3.1 Questionários aplicados

3.1.1 Primeira questão

Com relação às perguntas aplicadas às alunas, a primeira abordou a questão da composição familiar. Foram apresentadas as seguintes respostas, convertidas em porcentagens, de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 1



Os dados acima representam a média das famílias brasileiras, deixando evidente que todas vivem em família, sendo a maioria com mais de quatro pessoas. Ou seja, são casadas e possuem filhos. Como também trabalham, tem que se dividirem para cumprir com suas obrigações relativas ao trabalho, à escola, à casa e à família, como um grande número das mulheres brasileiras que fazem jornadas duplas, triplas, para atender o que se espera e até se cobra delas atualmente.

3.1.2 Segunda questão

A segunda questão questionou sobre a condição de sua residência, apresentando as seguintes respostas em porcentagens:

Gráfico 2



O resultado demonstra, que, mesmo estudando mais tarde, essas alunas possuem um nível social que as possibilita terem uma casa própria. Portanto, já se pode perceber que possuem família e moram em casa própria, pelo menos a maioria.

A aluna com casa alugada colocou sua renda familiar mensal como sendo de 1 a 3 salários mínimos, sendo que o próprio é de até um salário mínimo, o que torna difícil a aquisição de uma casa própria.

A que tem a casa cedida, por suas outras respostas não foi possível saber a razão dessa situação. Mas ela não mora sozinha, e sua renda familiar é de 1 a 3 salários mínimos, sendo que o próprio é de até um salário mínimo.

3.1.3 Terceira questão

Na terceira questão não foi necessário fazer gráfico ou tabela, pois, questionadas sobre se moravam na zona rural ou urbana, 100% responderam zona urbana. Até porque isso é necessário para que possam frequentar a faculdade e cumprir com suas responsabilidades como acadêmicas.

3.1.4 Quarta questão

A quarta questão abordou o nível de escolaridade paterna, apresentando as seguintes respostas em porcentagens:

Gráfico 3



Esta questão pode ser significativa com relação ao fato das alunas não terem concluído seus estudos na época que seria considerada mais adequada, resolvendo, já mais tarde continuarem os estudos e cursarem uma universidade.

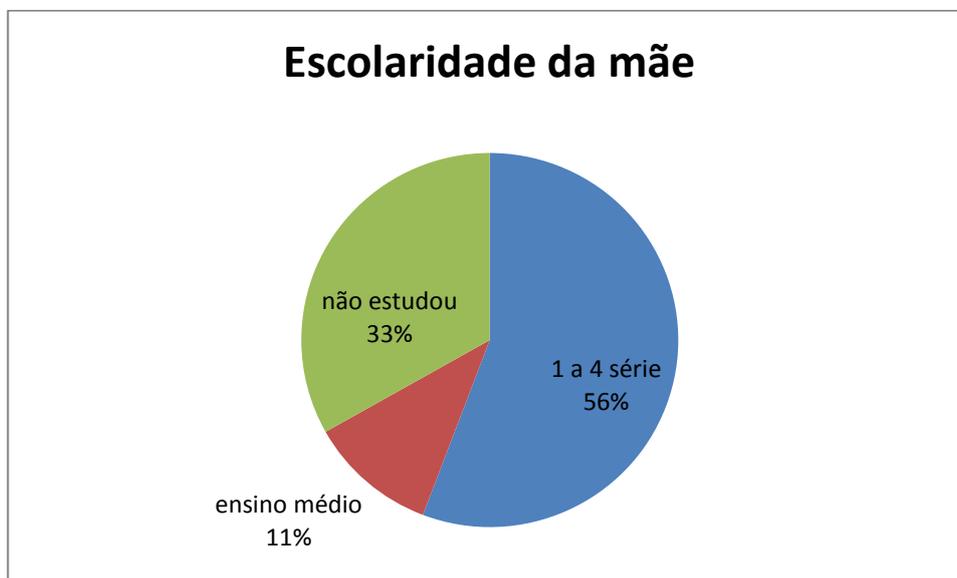
Como mostra o gráfico, nenhum dos pais possui o ensino fundamental completo, sendo que, praticamente a metade não teve nenhum tipo de estudo, o que certamente influencia para que os filhos possam levar a frente ou não a sua formação educacional.

Nesse sentido, para Queiroz (2016, p. 4) a família pode ser considerada como um dos “[...] determinantes do fracasso escolar da criança, seja pelas suas condições de vida, seja por não acompanhar o aluno em suas atividades escolares”, principalmente se o mesmo ocorrer com a figura materna, como se verá na próxima questão.

3.1.5 Quinta questão

A quinta questão abordou a escolaridade da mãe, apresentando as respostas, de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 4



Da mesma forma que os pais, as mães também apresentaram uma baixa escolaridade. O que, certamente, contribuiu para que não levassem em frente os estudos, já que, nessas questões, geralmente a mãe é a maior incentivadora e também a que cobra mais dos filhos. A mãe é a que tem o papel de auxiliar nas tarefas, no estudo para as provas, nos trabalhos escolares, o que dificulta quanto não possuem conhecimento necessário para cumprir esse

papel, principalmente se houver dificuldades de aprendizagem, fazendo com que o aluno se sinta desmotivado, e acabe abandonando o estudo.

Isso se comprovará na questão 14^o (décima quarta), onde se consta que a maioria reprovou na escola, uma, inclusive, por três vezes.

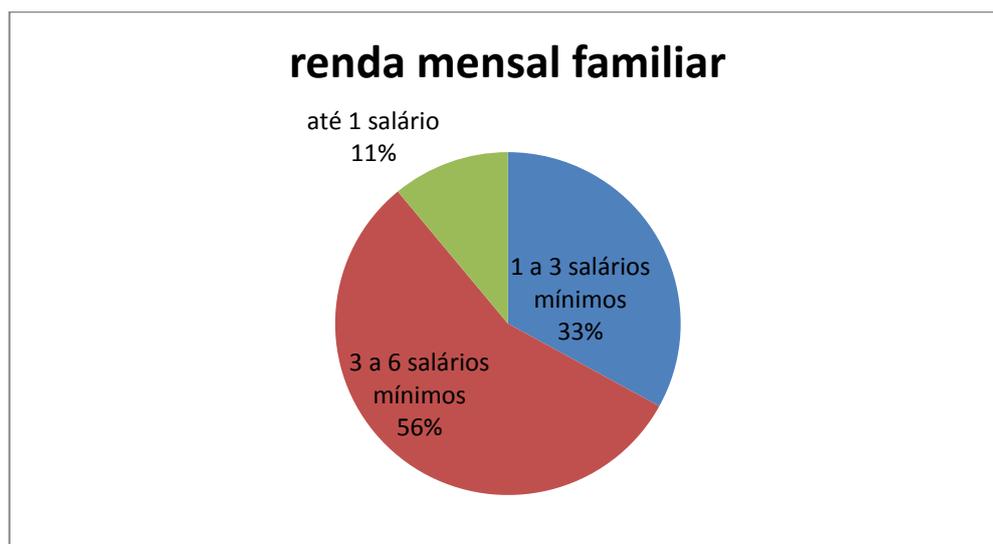
Esta baixa escolaridade dos pais, que certamente também representam um baixo nível sócio-econômico, também influenciaram para que a maior parte começassem a trabalhar antes do 14 anos de idade (67%), como exposto na pergunta 12^o (décima segunda).

O que pode se tornar um fator preponderante no abandono da escola? De acordo com Lopes (2016) dados fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC), apontam que a evasão atingiu 6,9% no Ensino Fundamental e 10% no Ensino Médio, o que representa cerca de 3,2 milhões de crianças e jovens, segundo dados de 2005. Outro dado que vale ser destacado é que mais 2,9 milhões, segundo dados de 2007, depois de abandonarem as aulas, retornaram, ocasionando a distorção entre idade e série (LOPES, 2016). Como acontece com as alunas pesquisadas.

3.1.6 Sexta questão

Com relação às perguntas aplicadas, a sexta questão abordou a renda mensal familiar, como exposto no gráfico abaixo:

Gráfico 5



De acordo com a tabela, a renda mensal familiar das alunas pesquisadas ficaram entre 1 (um) salário mínimo até, entre 6 (seis) a 9 (nove). E, como mostra o gráfico, a maioria

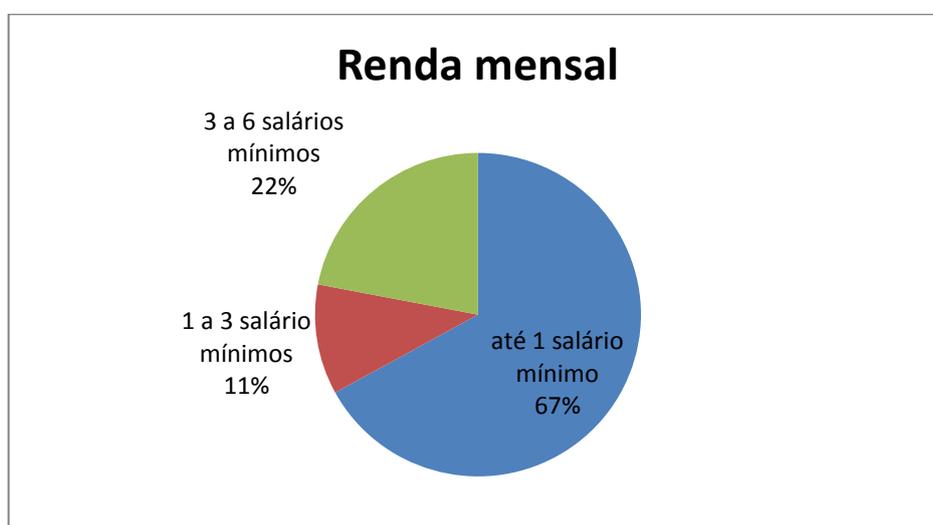
(56%) está entre 3 (três) a 6 (seis) salários mínimos, ou seja, em valores atuais, de R\$ 2.640,00 a R\$ 5.280,00.

E, como se verifica na próxima questão, a maior parte das alunas recebem até um salário mínimo, fica claro, que a renda dessas alunas fazem diferença para a renda familiar, sendo importante sua contribuição.

3.1.7 Sétima questão

A sétima pergunta questionou sobre a renda mensal da aluna pesquisada, com as respostas expostas no gráfico abaixo:

Gráfico 6



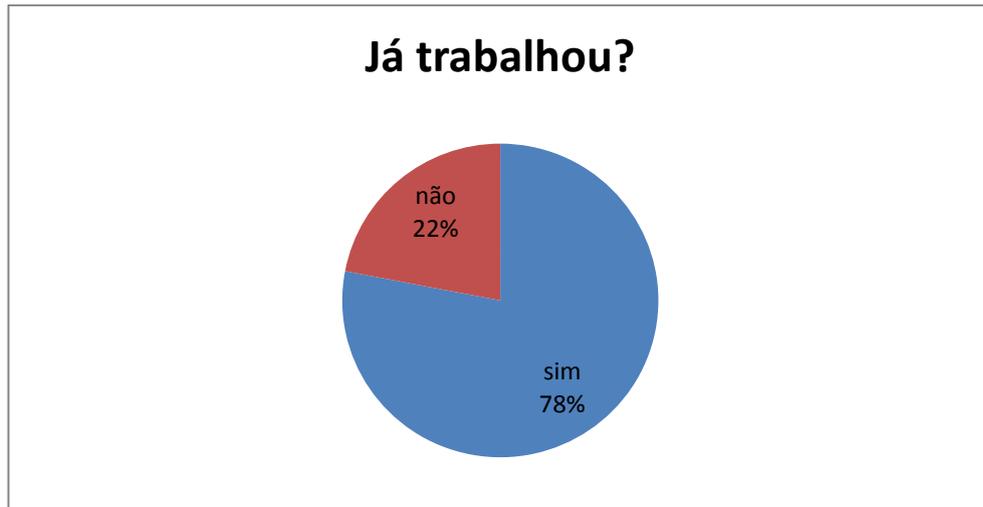
Quando se parte para o salário das próprias alunas, o nível salarial diminui, passando, a maioria (67%), a receber entre 1 a 3 salário, ou seja, de R\$ 880,00 a R\$ 2.640,00. Esse dado demonstra que é bem válido o desejo que apresentam de cursarem uma faculdade na tentativa de melhorarem seu nível econômico.

Entretanto, 2 (duas) alunas (22%) recebem mais de 5 (cinco) mil reais mensais, o que as coloca num nível socioeconômico mais elevado. O que, também, desperta o desejo de mais aprimoramento e mais conhecimento.

3.1.8 Oitava questão

Em relação a oitava pergunta, a mesma questionou se a aluna pesquisada já havia trabalhado.

Gráfico 7



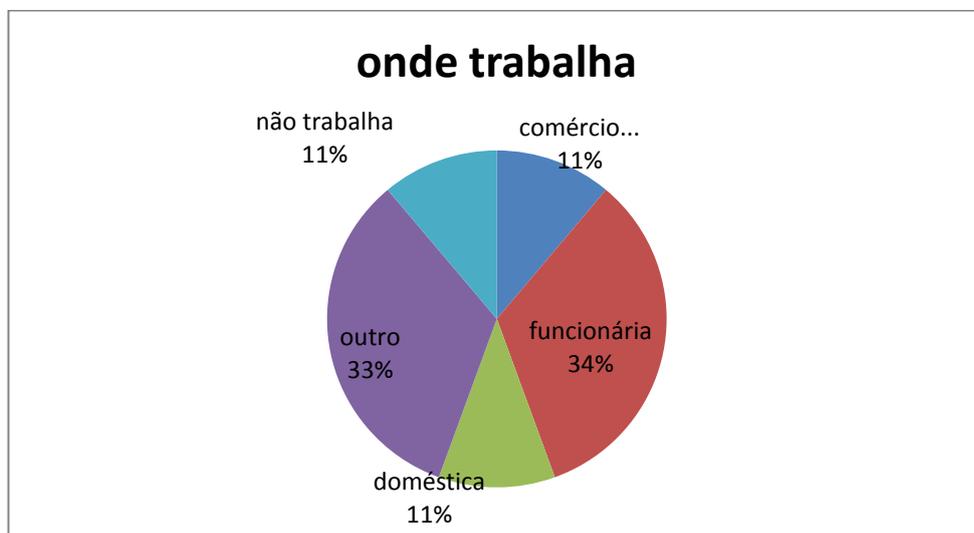
A maior parte (78%) trabalha, contribuindo com a renda familiar e, como exposto acima, tendo o desejo de, por meio do curso universitário, melhorar no tipo de emprego ou pelo menos no salário.

Há algumas informações pontuais que podem ser destacadas, como uma aluna pesquisada que, mesmo respondendo que não trabalha, informou um rendimento mensal de até um salário mínimo. Que provavelmente deve ser proveniente de alguma mesada ou pensão.

3.1.9 Nona questão

A nona pergunta questionou sobre o local de trabalho das alunas pesquisadas, que apresentou as seguintes respostas em porcentagens do gráfico abaixo:

Gráfico 8



Com relação ao local de trabalho, se percebeu que são bem variadas, com várias respondendo outros e funcionária, mesmo diante de tantas opções colocadas para escolha (ver pergunta nove do anexo 1: questionário de múltipla escolha).

O mais importante é que tem opções de trabalho e desejam melhorar de colocação. Numa flagrante amostra do avanço conquistado pelas mulheres. Pois, como informa Louro (2012), por um longo tempo praticamente que apenas a escola era considerada feminina, ou seja, se constituía num espaço onde as mulheres podiam atuar: “elas organizam e ocupam o espaço, elas são as professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas”(LOURO, 2012, p.88). Sendo necessária uma árdua luta para mudar tal concepção.

Assim, aos poucos, as mulheres foram ocupando espaço em outras profissões, e, atualmente, são raras as ocupações que a mulher não esteja presente.

3.1.10 Décima questão

A décima questão propôs que se indicasse o grau dos motivos que influenciaram a decisão de trabalhar, dividindo-a em cinco possibilidades, onde se daria nota de 0 a 5

Lembrando que 0 indica nenhuma importância e 5 a maior importância. O que está representado na tabela abaixo.

Tabela 1: motivos para trabalhar

Grau de importância dos motivos citados para a decisão de trabalhar

	0	1	2	3	4	5
Ajudar nas despesas de casa	2*					6
Sustentar a família	1	1	1	2		3
Ser independente	2		1			5
Adquirir experiência	1		1	2		4
Custear os estudos	2		1			5

* os números colocados neste quadrante da tabela representam o número de respostas de cada número de 0 a 5 que representam o grau de importância dos motivos citados. Uma não respondeu, por isso não totalizou as nove alunas pesquisadas.

O que teve grau de maior importância foi o motivo “ajudar nas despesas de casa”, que recebeu seis vezes o número cinco, de importância máxima. Entretanto, “ser independente” e “custear os estudos” não ficaram longe, recebendo cinco notas cinco, ou seja, cinco alunas consideraram esses motivos de máxima importância. Já “adquirir experiência” recebeu quatro vezes o cinco, e duas vezes o três, e o “sustentar a família” que houve maior divisão, recebendo quase todo tipo de grau de importância.

Portanto, se pode perceber que todos os motivos citados tiveram um grau de influência na decisão de trabalhar das alunas. Até porque são condizentes com a realidade brasileira, fazendo parte da vida da maior parte das brasileiras.

3.1.11 Décima Primeira questão

A décima primeira questão abordou a quantidade de horas semanais trabalhadas, de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 9



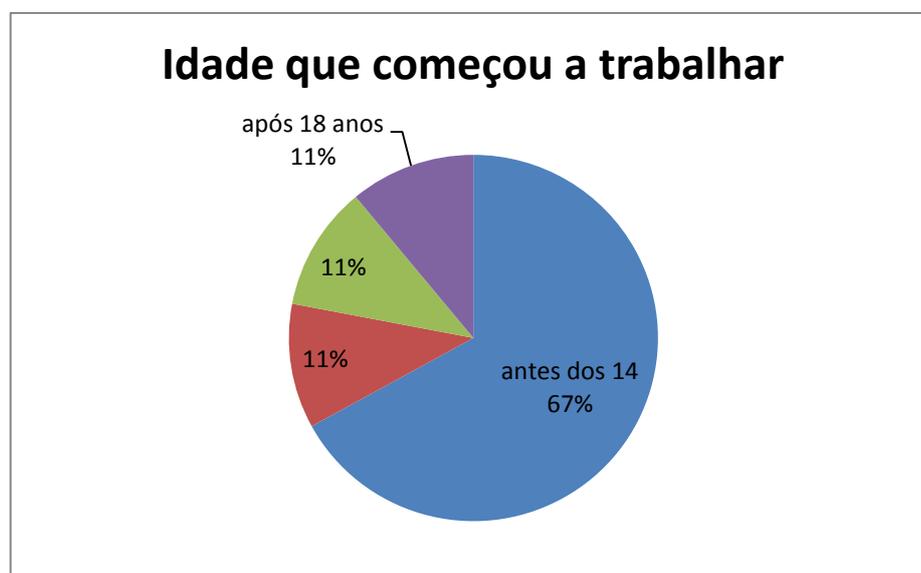
Das nove alunas que participaram da pesquisa, três não responderam esta questão, tendo que aparecer desta forma no gráfico para não deturpar a realidade dos fatos. O que representa 33% do total das entrevistadas. Esse número é significativo, pois as horas trabalhadas têm a ver com o tempo que sobra para os estudos e para os demais compromissos com a casa e a família.

Tanto é que, entre as que responderam, praticamente metade do total (45%) trabalham de 31 a 40 horas semanais. O que toma bastante tempo da vida dessas mulheres, que precisam se desdobrar para cumprir com todas as suas obrigações.

3.1.12 Décima segunda questão

A décima segunda questionou sobre a idade com que começaram a trabalhar, apresentando as seguintes respostas em porcentagens, de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 10



Começaram a trabalhar antes do 14 anos de idade, 67% das entrevistadas. Este dado é bastante relevante, influenciando diretamente no fato dessas alunas terem parado de estudar e só retornado já adultas. E se torna ainda mais significativo quando se soma com quem começou a trabalhar entre os 14 e 16 anos e 17 e 18 anos, totalizando 89% que iniciaram antes dos 18 anos a labuta no trabalho, comprometendo sua vida no processo educacional.

É preciso pontuar que a legislação brasileira proíbe o trabalho nessa faixa etária e, inversamente, procura garantir sua escolarização, determinando que a responsabilidade da família e do Estado na questão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1997) dispõe sobre o tema com bastante clareza:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Visando garantir às crianças e adolescente o direito de frequentarem a escola, participando do processo educacional.

Lembrando também que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) afirma ser um dever do Estado, da família e da sociedade “livrar e proteger a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1990).

O que procura, justamente, coibir que crianças e adolescentes nessa faixa etária (de até 14 anos) trabalhem, sendo exploradas de qualquer forma que seja.

3.1.13 Décima terceira questão

Com relação às perguntas aplicadas, a décima terceira questão abordou o tema trabalhar e estudar, apresentando algumas consequências desta situação, obtendo as seguintes respostas em porcentagens:

Gráfico 11



A maior porcentagem das respostas mostrou o trabalho como algo bem positivo na vida das alunas, com 11% para “possibilitou os estudos”, 22% para “possibilitou o crescimento pessoal”, e 34 % para “não atrapalhou os estudos”, totalizando 77% de respostas positivas, ou seja, o trabalho foi um fator compensatório para a maior parte delas.

Mas não se pode deixar de considerar a porcentagem (33%) que considerou o trabalho como fator que atrapalhou os estudos, o que é representativo da realidade que muitos jovens vivenciam ao abandonarem a escola por não conseguirem conciliar os dois.

Tanto, é que, como visto acima, a legislação brasileira atual proíbe o trabalho antes dos 16 anos de idade.

3.1.14 Décima quarta questão

A décima quarta, questionou se as alunos já haviam reprovado durante seu processo educacional, apresentando as respostas expostas no gráfico abaixo:

Gráfico 12



Da mesma forma que o anterior, esses dados são bem significativos pelo que apresentam, ou seja, somando as porcentagens das alunas que reprovaram, alcança-se um total de 78%, ou seja, um número alto, que certamente refletiram no fato de terem parado de estudar, só retornando mais tarde.

Não se pode negar que a reprovação pode ser determinante no fracasso e abandono escolar, sendo que a família, a própria aluna/o e a escola tem sua responsabilidade nessa situação. Nesse sentido, Queiroz (2016), alega que a repetência reflete o modo como a escola recebe e exerce ação sobre os alunos e até mesmo suas famílias. A escola tem sua responsabilidade principalmente se os alunos pertencerem às classes sócio-econômicas mais baixas. Mas, na verdade, o fracasso escolar é resultado de diferentes fatores.

3.1.15 Décima quinta questão

A décima quinta abordou os motivos que influenciaram para que decidissem voltarem ou continuarem a estudar, de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 13

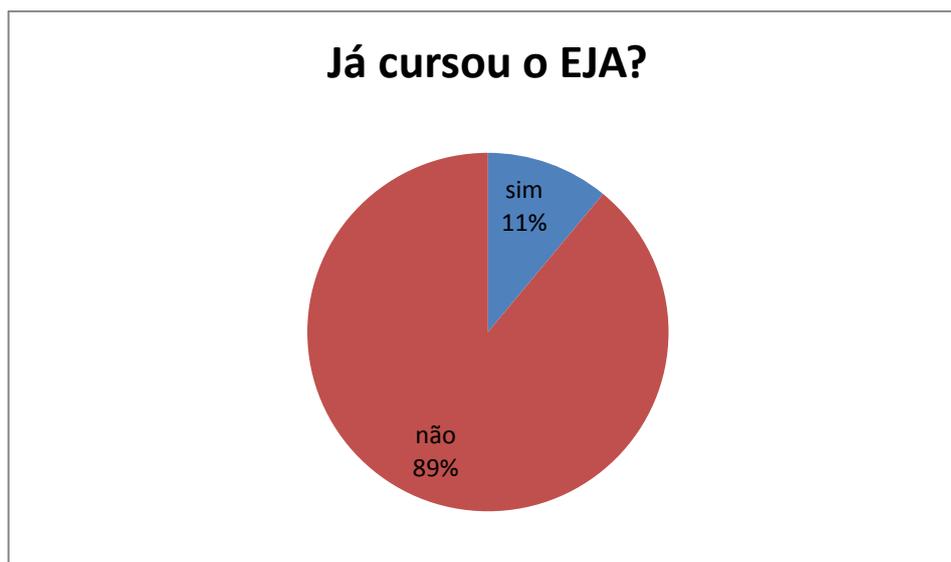


A maior parte citou o desejo de conseguir um emprego melhor (33%) e o de ter mais conhecimento (45%). Razões condizentes com a expectativa da maioria das pessoas atualmente, que anseiam por uma melhor condição de vida pra si e suas famílias.

3.1.16 Décima sexta questão

A décima sexta, as questionou se cursaram o EJA, apresentando as seguintes respostas:

Gráfico 14



É uma pergunta pertinente, pois, como estão cursando uma faculdade numa fase já adulta, poderiam utilizar o EJA (Educação para Jovens e Adultos) para concluir mais rapidamente as séries que faltavam em seu processo educacional para que pudessem cursar o ensino superior. Entretanto, apenas uma aluna, que representa 11% do total, que havia passado pelo EJA.

3.1.17 Décima sétima questão

Da mesma forma que a décima, a décima sétima questão propôs que se indicasse o grau dos motivos que influenciaram a decisão de não freqüentar ou abandonar a escola regular, dividindo-a em cinco possibilidades, onde se daria nota de 0 a 5

Lembrando que 0 indica nenhuma importância e 5 a maior importância. O que está representado na tabela abaixo.

Tabela 2: motivos de abandono

Grau de influência dos motivos citados para a decisão de não freqüentar ou abandonar a escola regular

	0	1	2	3	4	5
Inexistência de vaga em escola pública	8					1
Ausência de escola perto de casa	8		1			
Falta de interesse de estudar	7				1	1
Trabalho: falta de tempo de estudar	9					
Motivos pessoais: casamento e filhos	8		1			

Falta de apoio familiar	9		
Problemas de saúde	8	1	
Discriminação/preconceitos de raças, sexo, cor, idade, sócio-econômico	7		2

Diferente da décima questão, que as respostas se concentraram no grau 5 (cinco), de maior importância, nessa as respostas foram em peso no zero, ou seja, de nenhuma importância para todos os motivos apresentados pela pesquisa.

Apenas 2 (duas) alunas que citaram o fator discriminação/preconceito como causa de abandonar os estudos, refletindo o quanto este fator está presente na realidade brasileira, que ainda exclui e não pode se isentar dessa situação.

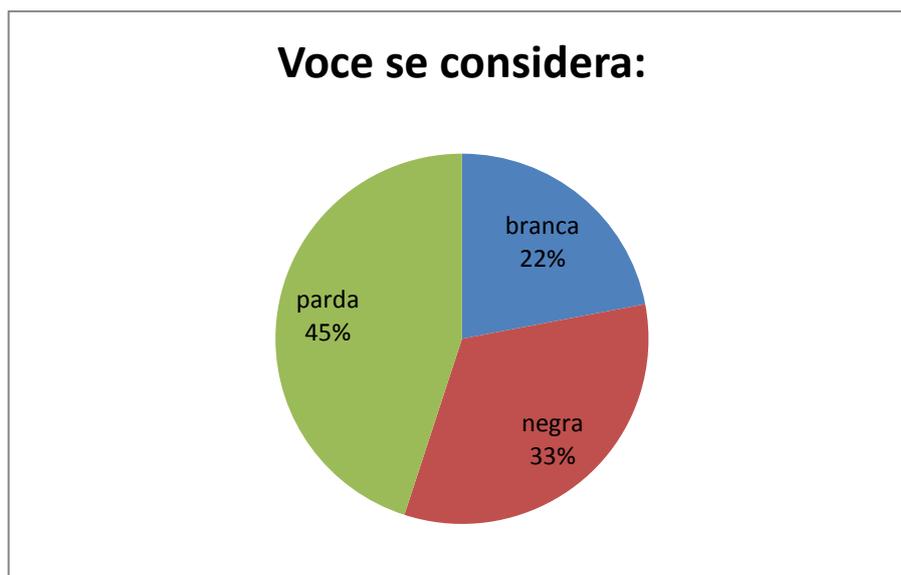
Trata-se de um contexto, em que a escola, de acordo com Lopes (2016), deve ter plena consciência de integrar uma sociedade preconceituosa e discriminadora, reconhecendo que é hora de mudança, e se comprometendo e se constituindo num espaço onde ocorra essa transformação.

A falta de interesse de estudar também foi citada, uma no número 4 (quatro) e uma no número 5 (cinco). Muitos professores defendem que o fracasso escolar pode acontecer devido “a falta de interesse do aluno, da sua não participação nas atividades, da falta de perspectiva de vida, e da defasagem de aprendizagem trazida das séries anteriores” (QUEIROZ, 2016, p. 9). O que pode ser ainda mais reforçado quando os pais tem uma baixa escolaridade, como acontece com essas alunas pesquisadas.

3.1.18 Décima oitava questão

Com relação às perguntas aplicadas, essa questão abordou sobre a questão racial que elas se identificam, apresentando as seguintes respostas em porcentagens, de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 15



Este dado também tem bastante relevância, pois a grande maioria se intitula negra (33%) ou parda (45%), totalizando 78% de não brancos, uma faixa da população que, por séculos, vem sofrendo com o preconceito e a discriminação, como citado na questão anterior, e que, geralmente, se situa nas faixas mais baixas de nível sócio-econômico. Se constituindo em dois fatores que podem influenciar no abandono da escola e seu retorno somente no momento atual.

3.2 Questionário aberto

3.2.1 Primeira questão

Nas perguntas abertas optou-se por não usar gráfico, mas expor todas as respostas, para que pudessem ser melhor analisadas. Para melhor compreensão, a numeração e um (1) a nove (9) representam, cada um, uma das alunas pesquisadas.

Tabela 3: curso superior

Este é o primeiro curso de ensino superior que está fazendo?

- 1 Não, sou pedagoga, e hoje estou cursando Direito, ambas pela UEMS
- 2 Não, sou formada em Gestão Ambiental
- 3 Sim
- 4 Sim
- 5 Sim
- 6 Sim

- 7 Que estou concluindo, sim
- 8 Sim
- 9 Sim, ciências sociais.

Como visto acima, das nove alunas pesquisadas, duas já haviam cursado o ensino superior, mostrando um desejo de se aprimorar ainda mais, ou de mudar a área de profissão.

As alunas que já haviam cursado, podem representar uma fatia que fazem o curso superior dando seguimento aos estudos, mas, depois, percebem que não é a área que se sentem realizadas, ou não encontram campo de trabalho na área. E, tendo oportunidade, retornam para cursarem outra área.

O restante (sete), estão cursando pela primeira vez, ou seja, realmente apenas neste momento da vida tiveram a oportunidade ou o desejo de fazerem uma faculdade, não se importando de enfrentar obstáculos para sua formação, como os compromissos profissionais, as responsabilidades maternas e de dona de casa, a má vontade do marido e outros mais que fazem parte da rotina das mulheres.

3.2.2 Segunda questão

Tabela 4: ser mulher interfere nos estudos

Você considera o fato de ser mulher ter interferido no seu estudo?

- 1 Sou mulher com muito orgulho, e isso não influencia nos estudos
- 2 Não, apesar de ter filhos, isso nunca interferiu, apenas dificultou um pouco. Mas sempre tive o auxílio de alguém, para que pudesse prosseguir com meus estudos, visto que a principal questão da mulher é com quem deixar os filhos no período em que vai a Universidade.
- 3 Com certeza, pois sabemos que a mulher ainda é muito discriminada. O fator casamento muito cedo é um dos maiores motivos que leva mulheres a deixar os estudos
- 4 Não
- 5 Não
- 6 Não
- 7 Não
- 8 Não
- 9 Não

A maioria optou por responder simplesmente não. Assim, o foco será nas que pontuaram sobre suas respostas. A primeira falou de seu orgulho de ser mulher, não tendo nenhuma influência sobre seus estudos. Essa postura veio de uma mulher com mais conhecimento, pois, analisando seu questionário, ela já é uma pedagoga (Tabela 3), e está fazendo outro curso.

A segunda também disse não, mas reconheceu que dificultou por causa dos filhos, o que exige das mães persistência e muita paciência, mostrando aos filhos a importância de sua formação, que também sente falta deles e se organiza para que tudo ocorra bem.

A terceira que foi mais condizente com o tema da pesquisa, citando a discriminação e o casamento cedo como fatores que interferiram em seus estudos. Com relação à discriminação, no entendimento de Gomes (2011), o Brasil possui uma sociedade bastante marcada pela corporeidade, ou seja, mantém uma forte relação com o corpo e com tudo que o envolve, entretanto, não vê e nem trata todos os corpos e seus sujeitos no mesmo patamar de igualdade. Pelo contrário, o que se assiste diariamente no país, expostas amplamente pela mídia, são as mais diversas formas de exclusão social tanto em relação a situação econômica, como em relação aos negros, aos deficientes, aos homossexuais, e outros mais.

Com relação ao casamento cedo, certamente é uma luta para todas as mulheres conciliar o casamento com o trabalho e os estudos.

Já que se entende que o casamento e a maternidade, tarefas femininas fundamentais, constituem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas (LOURO, 2012, p. 96).

A autora expõe de forma bem realista a visão que tem da mulher, com seu papel fundamental dentro do lar. E, desta forma, tendo que vencer muitas barreiras e se transformar em muitas para conseguir superá-las.

3.2.3 Terceira questão

Tabela 5: acesso ao ensino superior

Quais os motivos que levaram você a ter acesso ao ensino superior?

- 1 O principal motivo é pela realização pessoal e, principalmente, depois, para melhorar a condição de vida, minha e da minha família. Hoje trabalho com muita satisfação nas escolas e amo meus alunos
- 2 Independência, expectativa de uma vida melhor

- 3 Necessidade de conhecimento, tentar crescer como pessoas e, principalmente, tentar uma posição melhor no mercado de emprego, para, assim, ajudar meus filhos
- 4 Melhores condições de trabalho e maior conhecimento
- 5 A ter conhecimento
- 6 A importância de ter uma formação e mais conhecimento
- 7 Tive acesso ao ensino superior através do Enem, mas o que me levou a estudar e concluir os estudos foi a necessidade de crescer
- 8 Interesse próprio para adquirir mais conhecimento, ter uma especialização
- 9 Ter mais conhecimento e ter um trabalho melhor

Com relação aos motivos que as levaram a ter acesso ao ensino superior, as respostas focaram mais em crescimento e realização pessoal, e em ter maior conhecimento.

O que se percebe, é que questões como questão financeira, a família, o casamento e a proximidade do curso tiveram uma influência na questão dos estudos em suas vidas.

Nesse sentido, como afirma Saffioti (2001), as mulheres não só podem, como devem, oferecer resistência ao processo de exploração-dominância que pesa sobre elas, sendo que, depois de séculos de submissão, milhões delas têm resistido, como maior ou menor êxito, e encontrado novos caminhos para suas vidas.

3.2.4 Quarta questão

Tabela 6: escolha de curso

O que levou você a escolher esse curso?

- 1 Primeiro sou Pedagoga, escolhi para melhorar a condição de vida. Depois, estou no quinto ano de Direito, para realizar um sonho de criança
- 2 Vários anos para estudar e chance de desenvolvimento profissional. Sempre quis essa área.
- 3 Em um primeiro momento, tentar fazer justiça e ajudar as pessoas a terem conhecimento dos direitos que temos. Só que reconheço que é uma luta árdua, quase uma utopia
- 4 Gosto desse curso
- 5 Eu não escolhi o curso, o curso me escolheu
- 6 Devido minha família
- 7 Talvez tenha sido o que estava ao meu alcance

- 8 Vontade própria e por gostar de Pedagogia, pensando nas transformações que eu poderei causar na vida de meus alunos
- 9 Para ter um curso superior e garantir um futuro melhor

As razões apresentadas para a escolha do curso foram bem variadas, como exposto acima na tabela. Sendo citado, desde “a família” e ser “o que estava ao alcance”, passando pelo “desejo de garantir um futuro melhor” e “gostar da área”, até chegar a motivos mais relevantes, como “fazer justiça” e “transformar vidas”.

Evidenciando a representatividade de um curso superior para suas vidas, que contribui, além da formação, do conhecimento, da profissão, abrindo seus horizontes e tendo oportunidade de concretizar seus sonhos.

3.2.5 Quinta questão

Tabela 7: retorno ao estudo

Qual é a relação entre a escolha do curso e o retorno aos estudos?

- 1 Para mim não há uma relação entre escolha do curso e retorno, pois nunca parei de estudar. Mas há uma relação de escolha na questão do curso, como escolhi para melhorar a vida, e na época era a única opção. Quando terminei, retornei para o curso de Direito para realizar um sonho de criança, mas também com objetivo de aumentar meu salário
- 2 Mesmo após o casamento, nunca parei de estudar. Fiz outro curso superior e vários cursos profissionalizantes, até que finalmente consegui dar continuidade no atual curso que, de fato, sempre foi o meu sonho.
- 3 Fiz o Enem. Diante disso, escolhi o curso por motivos que já citei anteriormente, mas também é o curso que sempre quis fazer, além da comodidade de ter o mesmo em minha cidade
- 4 Melhor entendimento da sociedade
- 5 Eu não escolhi o curso, o curso me escolheu. Para mim foi muito difícil o retorno. Enfrentei muitas dificuldades
- 6 Uma forma de ser alguém e aprender um pouco mais
- 7 A vontade de estudar já rondava minha vida, e com o Enem tornou-se mais fácil. E a escolha do curso foi por ser mais próximo de casa
- 8 Por gostar e ter satisfação em estudar, gosto de estar em sala de aula aprendendo ou

ensinando

- 9 Parei de estudar com dezenove anos, no ensino fundamental. E voltei a estudar com 30 anos. Terminei e entrei na faculdade

Apesar de exporem várias razões, a não ser as duas primeiras respostas, que afirmaram que nunca pararam de estudar, portanto não houve retorno, as que retornaram de verdade, não responderam com exatidão sobre o que foi questionado, relacionando o curso e volta aos estudos.

Duas citaram o Enem como um facilitador para seu retorno ao estudo. O que fica bastante claro é que a maioria escolheu o curso por ter surgido a oportunidade de fazê-lo e não como algo que estavam buscando com muito esforço. Porém, depois que conseguiram cursá-lo, se esmeraram para seguirem em frente, superando as dificuldades.

Vale destacar também afirmações como “por gostar e ter satisfação em estudar”; “uma forma de ser alguém”; “para realizar um sonho de criança”; e “melhor entendimento da sociedade”, que confirmam a representatividade do ensino superior em suas vidas, dando-lhes oportunidade de muitas realizações.

3.2.6 Sexta questão

Tabela 8: abandono escolar

Quais os motivos que a levaram a não continuar os seus estudos? Ir a universidade na idade certa

- 1 Não há motivos para não continuar os estudos. Não entrei na universidade na idade certa devido minha condição de vida e da minha família. Pois sou de baixa renda, vinda de uma família bem pobre e um número imenso de irmãos. Meus pais tivera, 10 filhos, o que impossibilitou a minha entrada na universidade. Mas não foi motivo de desistir dos meus sonhos. Hoje sou pedagoga e discente do curso de Direito
- 2 Iniciei o curso e acabei parando por motivos de ordem financeira. E, assim que consegui, retornei, mas em momento algum encerrei meus estudos ou estagnei.
- 3 Casamento. Me casei muito nova, e, com isso, abandonei os estudos para me dedicar a família.
- 4 Não tinha faculdade aqui na cidade na minha época
- 5 Devido o trabalho
- 6 Devido minhas dificuldades e o serviço

- 7 Dificuldades financeiras
- 8 Por não ter universidade na minha cidade de naturalidade
- 9 Porque casei e fui morar na fazenda. Tive filhos, e quando meus filhos começaram a estudar, voltei a estudar

Na verdade, são muitos os motivos que levaram as alunas a deixarem de estudar. Seja de ordem financeira, em razão da necessidade de trabalhar, devido a casamento e filhos, problemas familiares, entre outros.

Tanto é que Lopes (2016, p. 1), ao contextualizar sobre a problemática, cita os seguintes fatores:

[...] a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse pela escola, dificuldades de aprendizado que podem acontecer no percurso escolar, doenças crônicas, deficiências no transporte escolar, falta de incentivo dos pais, mudanças de endereço e outros.

No mesmo sentido, Silva (2012) entende que o maior índice de evasão escolar está relacionado a necessidades de trabalhar para contribuir na renda da família. O que remete ao fato de que 6 (seis) das (nove) alunas começaram a trabalhar antes dos 14 (quatorze anos) (pergunta 12º do questionário de múltipla escolha), confirmando que este é um fator que realmente é preponderante quando se trata do abandono escolar.

3.2.7 Sétima questão

Tabela 9: formação universitária

Como você poderia avaliar a formação recebida na universidade, considerando sua condição de mulher?

- 1 A princípio quero agradecer todos os mestres que tive o prazer de conhecer na universidade, pois todos estão de parabéns. Quero agradecer ao corpo docente do curso de Direito, pois aumentou meu conhecimento e mostrou a parte prática e teórica de buscar seus direitos, uma vez violados e interrompidos
- 2 Não vejo muitos impasses em relação a discriminação de gênero dentro da universidade. Vejo claramente o empenho dos universitários de desenvolver grupos de estudo e realizar cursos.
- 3 Hoje podemos firmar que nós, na condição de mulher, temos conquistado uma

grande porção no ingresso as universidades. Eu me sinto privilegiada por poder cursar um curso do qual eu gosto, e ainda tê-lo na minha cidade.

- 4 A melhor possível
- 5 Eu consegui entender quem realmente sou em relação aos valores
- 6 Bom, para mim foi um pouco difícil. Mas todos nós temos e passaremos sempre.
- 7 A condição de ser mulher ou não, não interferiu na volta aos estudos
- 8 Ótimo. Me fez ter novos pensamentos e olhares para mim como mulher. Percebi meu potencial e capacidade de agir sobre meus objetivos
- 9 Normal

Fica claro que as mulheres não percebem nenhum tipo de discriminação de gênero dentro da faculdade, pelo contrário, se sentem bem acolhidas. Entretanto, de acordo com Louro (2012), a escola tem contribuído para a desigualdade da sociedade:

Portanto, se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOURO, 2012, p. 85; 86).

Ou seja, é preciso combater essas desigualdades ainda tão presentes na sociedade brasileira, e que merecem toda a atenção dos que tem a responsabilidade pela formação dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado continua muito presente, passando de geração para geração a ideia de que o homem deve desempenhar o trabalho no espaço público enquanto a mulher deve ficar com o cuidado da casa e a boa educação dos filhos. Não tinham direito à educação, principalmente em ensino superior, e quando o fazia eram apenas curso que voltasse para a área da saúde e educação, priorizando o bom papel de mãe e esposa. Foi com muitas lutas de movimentos feministas, por busca da emancipação social da mulher, para terem direitos de inserirem no mercado de trabalho e principalmente terem direitos sobre si que começaram os conflitos na sociedade, por estarem quebrando o estereótipos da mulher. Somente em meados da década de 80, é que a sociedade e o Estado têm dado atenção ao caso da violência contra a mulher. A mulher deixa o campo da invisibilidade e passa a chamar a atenção devido o cenário da violência.

O presente trabalho retrata que são poucas as mulheres que retornam a universidade para se dedicarem a um curso que gostaria de ter feito antes e não fez por infinitos obstáculos, tendo como principal a família já construída. Apesar de essas poucas mulheres terem respondido de forma suscita e simples, tiramos elementos importantes.

Outra questão muito forte é o fato dos pais não terem escolarização, nenhum deles fizeram alguma faculdade, não dando perspectiva alguma de futuro melhor para essas mulheres. Pelo contrário muitos desses pais já reprovaram e o problema crucial é precisar trabalhar muito cedo.

O espelho dos pais na vida delas é muito forte, pois mais da metade das entrevistadas já reprovou afetando o desenvolvimento dos estudos contínuo, levando ao abandono.

Quando pergunto por que retornaram a universidade todas respondem que desejam mais conhecimento e conseqüentemente melhor emprego. Isso se torna visível quando dizem que a renda atual dessas mulheres é de um salário mínimo, mas que apesar de pouco é de fundamental importância para o sustento familiar.

Para uma análise mais profunda identificamos outra questão forte, além do fato de lutarem junto com todas as mulheres contra o preconceito presente em qualquer lugar, elas ainda em grande maioria não se identificam enquanto branco, levando a sofrer também o preconceito racial.

No entanto, essa dificuldade de igualdade entre homens e mulheres e de oportunidades ainda está longe de acontecer, mas já podemos ver uma evolução de mulheres que se dividem entre cuidado da casa e o trabalho desempenhado fora dela, pois não conseguem ficar somente

em casa sem adquirir conhecimentos e sem se desenvolverem, mesmo tendo que enfrentar violências e repressões dos maridos.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Relações de gênero e feminismos no ensino superior:** a formação docente entre a fronteira e a separação. 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/RELA%C3%87%C3%95ES-DE-G%C3%8ANERO-E-FEMINISMOS-NO-ENSINO-SUPERIOR1.pdf>> Acesso em: 23 Set. 2017.

BAFFI, Maria Adélia Teixeira. **Modalidades de Pesquisa:** um estudo introdutório. Disponível em: <http://usuarios.upf.br/~clovia/pesq_ens/textos/texto02.pdf>. Acesso em: 09 Out. 2016.

BRASIL, **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União Brasília. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92>. Acesso em: 23 Set. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BORGES, Priscilla. **Mulheres já superaram homens em número de estudantes, mas a paridade em altos cargos ainda está longe de ser realidade.** 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/maioria-no-ensino-superior-mas-longo-dos-cargos-de-chefia/n1597400100786.html>> Acesso em: 22 Set. 2017.

CARVALHO, Alex et al. **Aprendendo Metodologia Científica.** São Paulo: O Nome da Rosa, 2000, pp. 11—69. Disponível em: <http://relin.letras.ufmg.br/shlee/Metodologia_pesquisa.pdf> Acesso em: 09 Out. 2016.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Gênero e carreiras universitárias: o que mudou?** UFPB. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_Eulina_Pessoa_de_Carvalho_23.pdf> Acesso em: 21 Set. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas?** Disponível em: http://www.professordilson.pro.br/omono/Classifica%C3%A7%C3%A3o_de_Pesquisas.doc. Acesso em: 30 Set. 2016.

GIL, Antônio Carlos. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra.** Contemporânea. 2, p. 37-60 Jul.–Dez. 2011 Disponível em: <www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/.../18> Acesso em: 10 Out. 2016.

LOPES, Noêmia. **Como combater o abandono e a evasão escolar.** Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/como-combater-abandono-evasao-escolar-falta-alunos-abandono-acompanhamento-frequencia-551821.shtml?page=1>> Acesso em: 31 Out. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Editora: PUC Goiás. 1-09, 2010. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em: 20 Set. 2017.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011. 72 p. Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf> Acesso em: 09 Out. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5bb1ad1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em: 08 Out. 2016.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: para se pensar na inclusão escolar**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf> Acesso em 13 Out. 2016.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Desigualdades de gênero no ensino superior e no mercado de trabalho no Brasil: uma análise de idade, período e coorte. **Soc. estado**. v. 31, n. 2, Brasília May./Aug. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000200301> Acesso em: 23 Set. 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação formal, mulher e gênero no brasil contemporâneo. Estudos feministas**. Ano 9. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638>> Acesso em: 23 Set. 2017.

SANTOS, Maíra Barbosa. A participação das mulheres no ensino superior. **Revista Três [...] Pontos**. 11.1. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/viewFile/2660/2036>> Acesso em: 23 Set. 2017.

SAFFIOTI, Heleith. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, 16, p.115-136. (2001). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>> Acesso em: 25 Out. 2017.

SAFFIOTI, Heleith. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, Coleção Brasil Urgente. Disponível em: <<http://docs10.minhateca.com.br/870068761,BR,0,0,Heleieth-I.-B.-Saffioti---Genero,-Patriarcado,-Violencia.pdf>> Acesso em: 25 Out. 2017.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3 ed. rev. atual. Florianópolis: laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Manoel Regis da. **Causas e consequências da evasão escolar na Escola Normal Estadual Professor Pedro Augusto de Almeida – Bananeias / PB**. Universidade Federal da Paraíba. 2012. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/causas_e_consequencias_da_evasao_escolar_na_escolanormal_estadual_professor_pedro_augusto_d_almeida_a_bananeias__pb_1343397993.pdf> Acesso em: 11 Out. 2016.

APÊNDICE

Apêndice 1) Questionário

1- Este é o primeiro curso do ensino superior que esta fazendo?

2- Você considera o fato de ser mulher ter interferido no seu estudo?

3- Quais os motivos que levaram você a ter acesso ao ensino superior?

4- O que levou você a escolher esse curso?

5- Qual a relação entre a escolha do curso e o retorno aos estudos?

6- Quais os motivos que a levaram a não continuar os seus estudos? Ir a universidade na idade certa.

7- Como você poderia avaliar a formação recebida na universidade, considerando sua condição de mulher?

Apêndice 2) Questionário socioeconômico**1-Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos**

(Marque apenas uma resposta)

- (A) Moro sozinho
- (B) Uma a três
- (C) Quatro a sete
- (D) Oito a dez
- (E) Mais de dez

2- A casa onde você mora é? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Própria
- (B) Alugada
- (C) Cedida

3- Sua casa está localizada em? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Zona rural.
- (B) Zona urbana
- (C) Comunidade indígena.
- (D) Comunidade quilombola.

4. Qual é o nível de escolaridade do seu pai? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- (B) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- (C) Ensino Médio (antigo 2º grau)
- (D) Ensino Superior
- (E) Especialização
- (F) Não estudou
- (G) Não sei

5. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- (B) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- (C) Ensino Médio (antigo 2º grau)
- (D) Ensino Superior
- (E) Especialização
- (F) Não estudou
- (G) Não sei

6. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Nenhuma renda.
- (B) Até 1 salário mínimo (até R\$ 880,00).
- (C) De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 880,00 até R\$ 2.640,00).
- (D) De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.640,00 até R\$ 5.280,00).
- (E) De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.280,00 até R\$ 7.920,00).
- (F) De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 7.920,00 até R\$ 10.560,00).

- (G) De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 10.560,00 até R\$ 13.200,00).
 (H) Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 13.200,00).

7- Qual a sua renda mensal, aproximadamente? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Nenhuma renda.
 (B) Até 1 salário mínimo (até R\$ 880,00).
 (C) De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 880,00 até R\$ 2.640,00).
 (D) De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.640,00 até R\$ 5.280,00).
 (E) De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.280,00 até R\$ 7.920,00).
 (F) De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 7.920,00 até R\$ 10.560,00).
 (G) De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 10.560,00 até R\$ 13.200,00).
 (H) Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 13.200,00).

8. Você trabalha ou já trabalhou? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Sim
 (B) Não (**Passar para a pergunta 14**)

9. Em que você trabalha atualmente? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.
 (B) Na indústria.
 (C) Na construção civil.
 (D) No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
 (E) Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal.
 (F) Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.
 (G) Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo).
 (H) Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.).
 (I) Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.).
 (J) No lar (sem remuneração).
 (K) Outro.
 (L) Não trabalho.

10. Indique o grau de importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar: (Atenção: 0 indica nenhuma importância e 5 maior importância.)

- Ajudar nas despesas com a casa (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)
 Sustentar minha família (esposo/a, filhos/as etc.) (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)
 Ser independente (ganhar meu próprio dinheiro) (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)
 Adquirir experiência (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)
 Custear/ pagar meus estudos (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)

11. Quantas horas semanais você trabalha? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.
 (B) De 11 a 20 horas semanais.
 (C) De 21 a 30 horas semanais.
 (D) De 31 a 40 horas semanais.
 (E) Mais de 40 horas semanais

12. Com que idade você começou a trabalhar? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Antes dos 14 anos.
- (B) Entre 14 e 16 anos.
- (C) Entre 17 e 18 anos.
- (D) Após 18 anos.

13. Como você avalia ter estudado e trabalhado durante seus estudos? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Atrapalhou meus estudos.
- (B) Possibilitou meus estudos.
- (C) Possibilitou meu crescimento pessoal.
- (D) Não atrapalhou meus estudos

14. Você já reprovou alguma vez? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Não, nunca
- (B) Sim, uma vez.
- (C) Sim, duas vezes.
- (D) Sim, três vezes ou mais.

15. Qual principal motivo faria você voltar a estudar ou continuar estudando? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Conseguir um emprego.
- (B) Progredir no emprego atual.
- (C) Conseguir um emprego melhor.
- (D) Adquirir mais conhecimento, ficar atualizado.
- (E) Atender à expectativa de meus familiares sobre meus estudos.
- (F) Não pretendo voltar a estudar.

19. Você cursa ou já cursou a Educação de Jovens e Adultos – EJA? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Sim
- (B) Não

20- Em que medida os motivos a seguir influenciaram no fato de você não ter frequentado ou ter abandonado a escola regular: (*Atenção: 0 significa que não influenciou e 5 influenciou muito.*)

Inexistência de vaga em escola pública (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)

Ausência de escola perto de casa. (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)

Falta de interesse em estudar. (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)

Trabalho: falta de tempo para estudar. (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)

Motivos pessoais: casamento / filhos. (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)

Falta de apoio familiar. (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)

Problemas de saúde ou acidente comigo ou familiares. (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)

Discriminação/preconceitos de raça, sexo, cor, idade ou socioeconômico. (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5)

21- você se considera:(Marque apenas uma resposta)

(A) Branca (B) Negra (C) Parda (D) Amarela (E) Indígena

(F) Não declarar

Apêndice 3) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de graduação na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do(a) professor(a) Lucélia Tavares Guimaraes, cujo objetivo é analisar a representação do ensino superior entre mulheres que retornaram a universidade após a descontinuidade dos estudos na idade certa.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e também um questionário.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) fone (67)81240228 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa.

Atenciosamente

 Nome e assinatura do(a) estudante
 Matrícula:

 Local e data

 Nome e assinatura do(a) professor(a) supervisor(a)/orientador(a)
 Matrícula:

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

 Nome e assinatura do participante

 Local e data